

LEI COMPLEMENTAR Nº 176

Institui Área Funcional de Interesse Público, na forma da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituída, na forma da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979, Área Funcional de Interesse Público, objetivando implantação de equipamentos urbanos, essa a seguir descrita e demarcada na planta anexa.

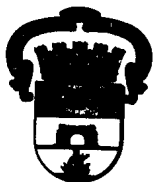
"A área compreendida na confluência da Avenida Ipiranga e Rua Professor Cristiano Fischer, localizada na Unidade Territorial Residencial 27, da Unidade Territorial Seccional Intensiva 25."

Art. 2º - O regime urbanístico e dos equipamentos urbanos, a partir desta data, na Área Funcional, instituída neste ato é o seguinte:

- a) taxa de ocupação: 30%;
- b) índice de aproveitamento: dado pela volumetria permitida;
- c) altura: código 05 com o máximo de 8 pavimentos, ressalvado o prédio do Hospital da Pontifícia Universidade Católica com 9 pavimentos;
- d) jardim: código 05;
- e) atividades: aquelas representativas da especificidade funcional da instituição e para as demais atividades que as complementam, aprovação caso a caso pelo Sistema Municipal de Planejamento e Coordenação do Desenvolvimento Urbano;
- f) limites: os constantes da planta que acompanha esta Lei Complementar, com a possibilidade de modificação pelo acréscimo de áreas adjacentes, até o limite de quarteirão, desde que aprovados pelo Sistema Municipal de Planejamento e Coordenação do Desenvolvimento Urbano.

.....

PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	P.L.E.	P.L.L.	RUBRICA
FONTE	DATA	PÁG.	FONTE	DATA	PÁG.				
						047814.86.1	X		



.....

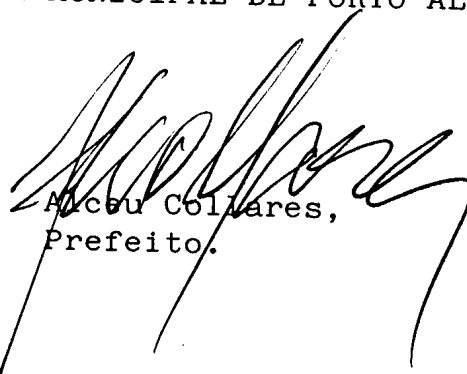
2

g) as alturas dos pavimentos serão reguladas na mesma conformidade do Artigo 149, inciso III do 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre.

Art. 3º - Todos os prédios já existentes na vigência desta Lei Complementar serão considerados conformes para efeito de aplicação do regime urbanístico proposto.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 29 de janeiro de 1988.



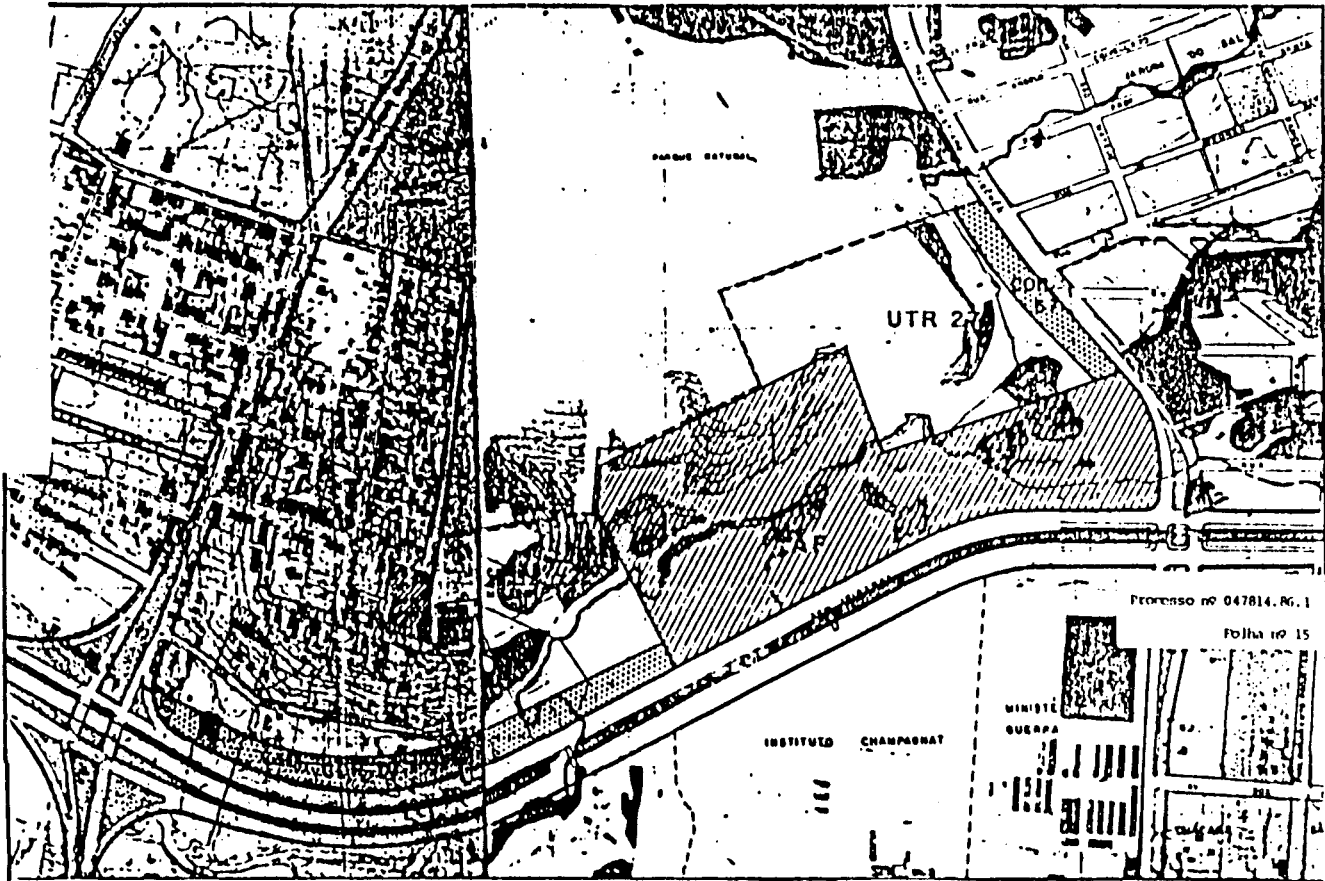
Aécio Collares,
Prefeito.

Newton Paulo Baggio,
Secretário do Planejamento Municipal.

Registre-se e publique-se.



Valdir Fraga,
Secretário do Governo Municipal.



Processo nº 047814, Rg. 1
Folha nº 15

CÂMARA MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

[Handwritten signatures and names]

[Handwritten text]

[Handwritten signature]

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

SECRETARIO *[Handwritten signature]*

SUPERVISOR SP. *[Handwritten signature]*

PRANCHA

ANEXO ÚNICO

A F

ESCALA 1:5000

DATA: JANEIRO/87